Acervo ISA

Documentação
Fonte: Diário Catarinense
Data: 2/11/95 Pg.
Class. A1505
Pinhal

LUX JORNAL | DIÁRIO CATARINENSE FLORIANÓPOLIS - SC | PUBLICADO EM: * 2 NOV 1995

190 | 333 | 4

▼ QUESTÃO AGRÁRIA

Índios e colonos unidos pela terra

Comissão formada por sem-terras e kaingangues viaja para Brasília na tentativa de conseguir audiência com o ministro da Justiça, Nelson Jobim

Ao invés de ameaças, conflitos e desafios. Assim vivem as 18 famílias kaingangues e 41 de colonos que estão sobre as terras do Toldo do Pinhal, uma área de 893 hectares, numa região fértil e montanhosa de Seara. E para comprovar que há respeito recíproco e luta comum, eles viajam juntos a Brasília, dia 8 de novembro, acompanhados de lideranças ligadas as questões da terra, para uma audiência com o Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

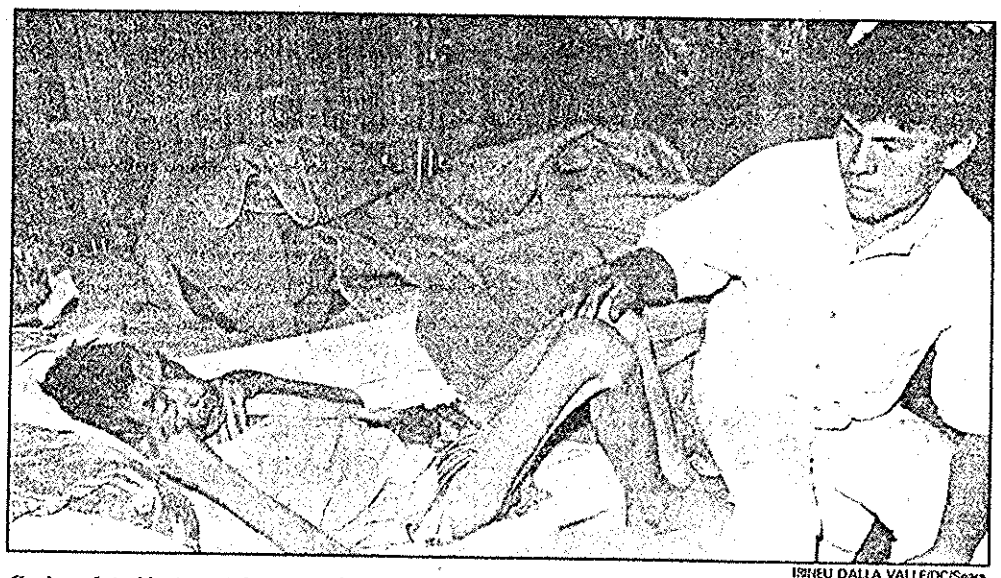
Em outubro do ano passado, Jobim assinou a portaria que reconhece a propriedade da terra aos kaingangues. Entretanto, nada mais foi feito para indenizar os colonos pelas benfeitorias existentes, bem como o reassentamento em outras áreas. Atualmente os kaingangues estão acampados em volta de uma escola do Toldo, vivendo em barracas de lona. Compram a lenha da terra que originalmente lhes pertence e nem taquaras podem tirar para consturir suas casas. A plantação está restrita a menos de cinco hectares, insuficientes para a subsistência mínima dos adultos e mais de 40 crianças da aldeia.

A busca legal pela terra começou em 1990, mas de forma civilizada somente nos últimos dois anos. Antes disso, aconteceram vários conflitos. O problema surgiu quando, em 1920, a colonizadora Luci & Rosa começou, com o aval do governo, a vender os 8.990 hectares, que compunham o Toldo do Pinhal, para os colonos alemães e italianos.

"Alguns pagavam a terra quando nos expulsavam. Esse era o preço que a terra custava a eles", acusa o cacique interino da aldeia, João Gonçalves Myn, que já residiu em muitos lugares, mas devido a tradição indígena só consegue viver em paz se for na terra onde nasceu. A terra é a segunda mãe do indígena. O tio de Myn, João Maria Rodrigues, é o cacique titular, mas aos 83 anos está enfermo, em caráter irreversível, vivendo seus últimos dias.

A comissão que vai se encontrar com Jobin também busca um contato como presidente da Funai, Márcio Santili, e o do Incra, Francisco Grazziano.

Retrato da vida



ISINEU DALLA VALLE/DC/Seara

Cacique João Maria está doente em fase terminal e chega ao fim da vida sem garantir um pedaço de terra

Marcha pela liberdade teve cerca de 400 pessoas

Teodoro Sampaio - Cerca de 400 pessoas participaram ontem pela manhã da marcha pela liberdade organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo. A marcha foi um protesto contra a prisão de dois membros da liderança do MST, Deolinda Alves de Souza e Márcio Barreto, ocorrida na segunda-feira.

O grupo de sem-terra também protestou contra a decretação da prisão preventiva do líder dos sem-terra no Pontal, José Rainha Junior, e de Laércio Barbosa, também da coordenação do movimento.

Os trabalhadores iniciaram a caminhada às 9h30min no acampamento dos sem-terra. A marcha durou aproximadamente quatro horas e meia e percorreu cerca de 18 quilômetros até o município de Teodoro Sampaio.

Segundo o coordenador nacional do MST, Gilmar Mauro, que está no Pontal desde terça-feira, a caminhada teve também por objetivo exigir do governo federal uma resposta imediata para os problemas agrários do País.

Além dos sem-terra, participaram da caminhada o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, o presidente regional da CUT, José Lopes Feijó.

JUSTIÇA - O desembargador Dirceu de Mello, segundo-vice-presidente do Tribunal de Justiça, negou ontem liminares em dois habeas corpus que visavam a revogação da prisão preventiva decretada na sexta-feira, pelo juiz Darci Lopes Beraldo, da Vara Distrital de Piropozinho, contra quatro líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): Deolinda Alves de Souza e Márcio Barreto (presos desde o dia 30), José Rainha Júnior (marido de Diolinda) e Laércio Barros, ambos foragidos.

Dom José critica as prisões em SP

Chapecó - O bispo Dom José Gomes, da diocese de Chapecó, um dos principais batalhadores pela reforma agrária na última década em Santa Catarina, não concorda com a prisão dos líderes do MST, Deolinda dos Santos Alves e Márcio Barreto, que estão detidos em São Paulo. Para Dom José a prisão é uma articulação política para tentar impedir que os sem-terra façam novas ocupações. A pressão para que os líderes do MST fossem detidos, de acordo com o religioso, foi feita pelos grandes latifundiários do país. "Não há crime por formação de quadrilha. A ocupação é a greve do sem-terra", compara Dom José.

Mesmo com as prisões dos líderes do MST, Dom José não crê num enfraquecimento do movimento. Há a tentativa por parte do governo de desarticular o trabalho de ocupações. "'As prisões são um castigo muito duro aos ocupantes", resume Gomes.